



VEREADORES PSD

Defesa da Floresta e Proteção do Território em Leiria

Caderno de Preocupações e Propostas





VEREADORES PSD

Índice

- 1. Apresentação**
- 2. Defender a Floresta, Proteger Leiria**
- 3. Tema I — Limpeza e desobstrução florestal**
- 4. Tema II — Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta**
- 5. Tema III — Apoio aos proprietários de terrenos privados**
- 6. Tema IV — Prevenção, Fiscalização e Proteção do Território**
- 7. Tema V — Resposta municipal e coordenação institucional**
- 8. Tema VI - Reforço de pontos de água estratégicos**
- 9. Tema VII – Moção pela Justiça territorial e acesso a apoios**
- 10. Conclusão**



VEREADORES PSD

1. Apresentação

A defesa da floresta e a proteção das populações representam hoje um dos maiores desafios estratégicos do concelho de Leiria. As alterações climáticas, a repetição de fenómenos meteorológicos extremos e o aumento da carga combustível no território vieram agravar significativamente o risco de incêndio rural e aumentar a vulnerabilidade de várias freguesias do concelho.

A passagem da tempestade Kristin deixou consequências particularmente severas em diversas áreas florestais e rurais, provocando a queda massiva de árvores, a obstrução de caminhos e a acumulação de biomassa lenhosa em zonas de elevado risco de incêndio. Esta realidade criou constrangimentos operacionais relevantes e reforçou a necessidade de uma resposta municipal mais rápida, mais coordenada e mais próxima do terreno.

Perante este cenário, os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Leiria consideram essencial reforçar a capacidade preventiva e operacional do Município, promovendo uma estratégia integrada de defesa da floresta, proteção civil e apoio aos proprietários.

O presente Caderno de Preocupações e Propostas Estratégicas pretende contribuir de forma construtiva para esse objetivo, apresentando um conjunto de medidas orientadas para:

- reforçar a segurança das populações;
- reduzir o risco de incêndio;
- melhorar a acessibilidade florestal;
- aumentar a capacidade de resposta operacional a situações de risco;
- apoiar os proprietários privados;
- promover maior transparência e monitorização pública da ação municipal.

A floresta de Leiria é um património natural de enorme valor ambiental, económico e social. A sua defesa exige continuidade, cooperação institucional e uma estratégia permanente de prevenção e resiliência territorial.

2. Defender a Floresta, Proteger Leiria



O concelho de Leiria possui uma vasta área florestal e rural cuja preservação representa uma responsabilidade coletiva. Contudo, os efeitos de fenómenos meteorológicos extremos e a crescente acumulação de biomassa têm vindo a aumentar os fatores de risco associados aos incêndios rurais.

A tempestade Kristin deixou marcas profundas em várias zonas do concelho, provocando:

- queda significativa de árvores;
- obstrução de caminhos rurais e florestais;
- degradação de acessos operacionais;
- acumulação de sobrantes lenhosos e material combustível.

Esta situação criou constrangimentos relevantes à circulação de veículos de emergência, dificultando a atuação de bombeiros, sapadores florestais e equipas de proteção civil.

Ao mesmo tempo, muitos proprietários enfrentam dificuldades económicas, técnicas ou administrativas para assegurar a limpeza e manutenção das suas parcelas, o que reforça a necessidade de uma resposta municipal mais articulada e facilitadora.

A prevenção dos incêndios rurais não pode depender apenas de intervenções pontuais antes do verão. Exige planeamento contínuo, monitorização permanente e capacidade de atuação rápida perante situações excecionais.

VEREADORES PSD

Como vereadores do PSD, entendemos que não podemos assistir passivamente à degradação das condições de segurança das nossas freguesias. A prevenção de incêndios rurais não admite pausas, nem hesitações administrativas. Exige, acima de tudo, antecipação, coordenação e uma presença ativa da Câmara Municipal junto de quem cuida da terra — os nossos proprietários, produtores e juntas de freguesia.

Este documento é a expressão concreta desse compromisso. Não se trata apenas de apontar problemas, mas de apresentar soluções fundamentadas, técnicas e urgentes. Propomos uma forma de atuar: que passe pela criação de mecanismos de apoio prático aos privados, pela revisão estratégica do nosso Plano Municipal de Defesa da Floresta e por uma calendarização pública que permita a cada cidadão acompanhar, com transparência, o esforço de limpeza e reabertura do nosso território.



A floresta de Leiria precisa de uma gestão que responda à emergência. Precisamos de reduzir o risco de ignição junto a habitações, garantir que os bombeiros e os sapadores chegam onde são precisos e assegurar que o Município é o motor da proteção do nosso património.

Este caderno reúne o pensamento e a determinação dos vereadores do PSD para este desafio. Esperamos que este roteiro de propostas seja o ponto de partida para uma política florestal mais resiliente, mais segura e, acima de tudo, mais protetora para todos os leirienses.



VEREADORES PSD

3. Tema I - Limpeza e desobstrução florestal

Urgência de restaurar acessibilidades

A acumulação de biomassa lenhosa e a presença de árvores tombadas representam hoje um fator acrescido de risco para pessoas, habitações e áreas florestais.

Os vereadores do PSD defendem a criação de uma **Operação Municipal de Desobstrução Florestal**, assente nos seguintes eixos prioritários:

3.1. Definição de Prioridades Operacionais

A intervenção no território deve obedecer a critérios claros de prioridade, privilegiando:

- acessos a aglomerados populacionais;
- corredores operacionais de emergência;
- faixas de gestão de combustível;
- zonas de interface urbano-florestal;
- áreas com maior carga combustível;
- continuidade territorial das intervenções.

3.2. Coordenação Técnica e Operacional

Defende-se a constituição de uma estrutura de coordenação multidisciplinar que envolva:

- serviços municipais;
- juntas de freguesia;
- proteção civil;
- bombeiros;
- equipas de sapadores florestais;
- associações locais.

O objetivo deve ser garantir uma resposta descentralizada, eficiente e próxima das necessidades de cada freguesia.

3.3. Calendarização Pública das Intervenções

A transparência operacional é essencial para reforçar a confiança das populações.

Nesse sentido, deve ser definido e divulgado:

- um cronograma de intervenções por freguesia;



VEREADORES PSD

- prioridades de execução;
- metas de reabertura de caminhos;
- relatórios periódicos de progresso.

A informação deverá ser disponibilizada através dos meios institucionais do Município. sujeito a reporte periódico em sede de reunião de Câmara.

3.4. Apoio Operacional no Terreno

Propõe-se:

- criação de brigadas municipais ou interfreguesias;
- bolsa de prestadores locais certificados;
- reforço de meios mecânicos de limpeza;
- apoio prioritário a idosos, heranças indivisas e proprietários sem capacidade operacional.

3.5. Articulação com Proprietários

O Município deve facilitar a colaboração dos proprietários privados, removendo entraves administrativos e promovendo soluções práticas que permitam acelerar os trabalhos de limpeza e desobstrução.



4. Tema II - Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta ***Uma estratégia à altura da nova realidade***

Os fenómenos meteorológicos extremos demonstram que os instrumentos de planeamento florestal devem adaptar-se às novas exigências do território.

Os vereadores do PSD defendem uma revisão estratégica do Plano Municipal de Defesa da Floresta, incluindo:

4.1. Integração de um Eixo de Recuperação Pós-Evento

Deve ser criado um mecanismo específico para resposta a catástrofes naturais, permitindo:

- ativação rápida de operações extraordinárias;
- remoção urgente de biomassa;
- recuperação célere de acessos e infraestruturas.

4.2. Sistema Permanente de Monitorização

Propomos que o plano não seja apenas um documento de intenções, mas um guia de ação monitorizado. O plano deve incluir mecanismos regulares de acompanhamento, nomeadamente:

- relatórios trimestrais;
- identificação de pontos críticos;
- monitorização das faixas de gestão de combustível;
- avaliação das intervenções executadas.

4.3. Cartografia Dinâmica de Risco

Defende-se a criação de um sistema municipal de mapeamento atualizado que permita:

- identificar áreas prioritárias;
- monitorizar zonas de maior perigosidade;
- apoiar a tomada de decisão operacional;
- reforçar a prevenção.

Comissão Municipal de Defesa da Floresta



Caderno I – Diagnóstico



Câmara Municipal
Município de Leiria

Leiria – 2019



5. Tema III – Apoio aos proprietários de terrenos Privados

Um modelo de proximidade e apoio técnico

Uma parte significativa do território do concelho é propriedade privada. Muitos proprietários enfrentam dificuldades na gestão dos seus terrenos, seja por falta de meios, ausência de informação ou complexidade administrativa.

Neste contexto, o Município deve assumir um papel mais ativo de apoio e proximidade.

Propomos o **Mecanismo Municipal de Apoio aos Proprietários Afetados pela Tempestade Kristin**, inspirado na metodologia de proximidade do Gabinete Reerguer Leiria:

5.1. Criação de um Gabinete Municipal de Apoio ao Proprietário

Este mecanismo deverá assegurar:

- atendimento presencial e digital;
- apoio ao registo de propriedades;
- apoio ao BUpi;
- orientação técnica;



VEREADORES PSD

- esclarecimento sobre obrigações legais;
- apoio administrativo.
- apoio no encaminhamento da madeira
- Linha verde local
- Balcões nas juntas

O Governo reconhece que “há muitos donos que não sabem quais são as extremas” — o município pode contribuir para mitigar esta situação.

5.2. Plataforma Municipal de Sinalização

Os proprietários deverão ter apoio para:

- sinalizar terrenos afetados;
- anexar registos fotográficos;
- comunicar situações urgentes;
- acompanhar pedidos de intervenção.

5.3. Triagem e Priorização de Situações Críticas

As situações deverão ser avaliadas segundo critérios de risco, garantindo que o apoio municipal é direcionado para onde é mais necessário privilegiando:

- proximidade a habitações;
- elevada carga combustível;
- acessos comprometidos;
- ausência de capacidade de intervenção.

5.4. Apoio ao Acesso a Incentivos

O Município deverá atuar como intermediário e consultor, ajudando os proprietários na candidatura a:

- programas do ICNF;
- Fundo Ambiental;
- PRR;
- apoios à gestão florestal e prevenção de incêndios.

6.Tema IV - Prevenção, Fiscalização e Proteção do Território

Reforçar a segurança e reduzir o risco

A prevenção constitui um instrumento essencial de proteção das populações e do território.

6.1. Reforço da Fiscalização

Defende-se uma maior articulação entre:

- Município;
- GNR;
- Proteção Civil;
- entidades competentes.

O objetivo deve ser identificar rapidamente situações de incumprimento e risco elevado.

6.2. Execução Subsidiária

Sempre que necessário, a Câmara Municipal deverá intervir por substituição em situações de incumprimento grave por parte do proprietário, assegurando:

- limpeza urgente de terrenos;
- proteção das populações;
- posterior cobrança das despesas legalmente previstas. Esta deve ser uma ferramenta de último recurso, mas usada com firmeza para assegurar que a lei é respeitada.

6.3. Proteção das Interfaces Urbano-Florestais

As zonas de contacto entre floresta e áreas habitacionais devem constituir prioridade máxima de intervenção, garantindo:

- redução da carga combustível;
- proteção de habitações;
- proteção de infraestruturas;
- salvaguarda de vias de evacuação.



7.Tema V— Resposta Municipal e Coordenação Institucional

Liderança, coordenação e transparência

A gestão da floresta em Leiria tem de ser uma prioridade política transversal e constante. A fragmentação de competências não pode ser uma desculpa para a inação. Defendemos uma Câmara Municipal que lidere o processo com determinação, assumindo a responsabilidade perante os cidadãos.

7.1. Relatórios Públicos de Execução

Defendemos a apresentação obrigatória, perante a Assembleia e Câmara Municipal de relatórios públicos sobre:

- execução das medidas;
- estado das intervenções;
- prioridades operacionais;
- evolução dos trabalhos.

Permitindo que a oposição e os cidadãos acompanhem a eficácia da estratégia autárquica.



VEREADORES PSD

7.2. Reforço do Papel das Juntas de Freguesia

As freguesias possuem conhecimento direto do território e devem assumir um papel central na:

- identificação de necessidades;
- articulação operacional;
- proximidade às populações.

7.3. Conselho Local de Acompanhamento

O nosso objetivo último é que a prevenção deixe de ser um esforço sazonal antes do verão para se tornar uma política contínua e integrada onde a floresta não seja vivida como uma fonte constante de ansiedade e perigo, mas sim como um ativo.

. Propõe-se a criação de um espaço regular de articulação entre:

- município;
- freguesias;
- bombeiros;
- proteção civil;
- entidades técnicas;
- associações locais.

8. Tema VI — Reforço de Pontos de Água Estratégicos

Melhorar a capacidade operacional de combate

A eficácia do combate aos incêndios rurais depende da rapidez com que os meios de socorro podem reabastecer os seus depósitos. A dispersão geográfica da floresta de Leiria exige pontos de água estratégicos, que garantam autonomia operacional em zonas de maior risco.

8.1. Instalação de Reservatórios Modulares

Defende-se a instalação de pontos de água estratégicos em:

- zonas florestais críticas;
- áreas de difícil acesso;
- corredores operacionais;
- interfaces urbano-florestais.

8.2. Vantagens Operacionais

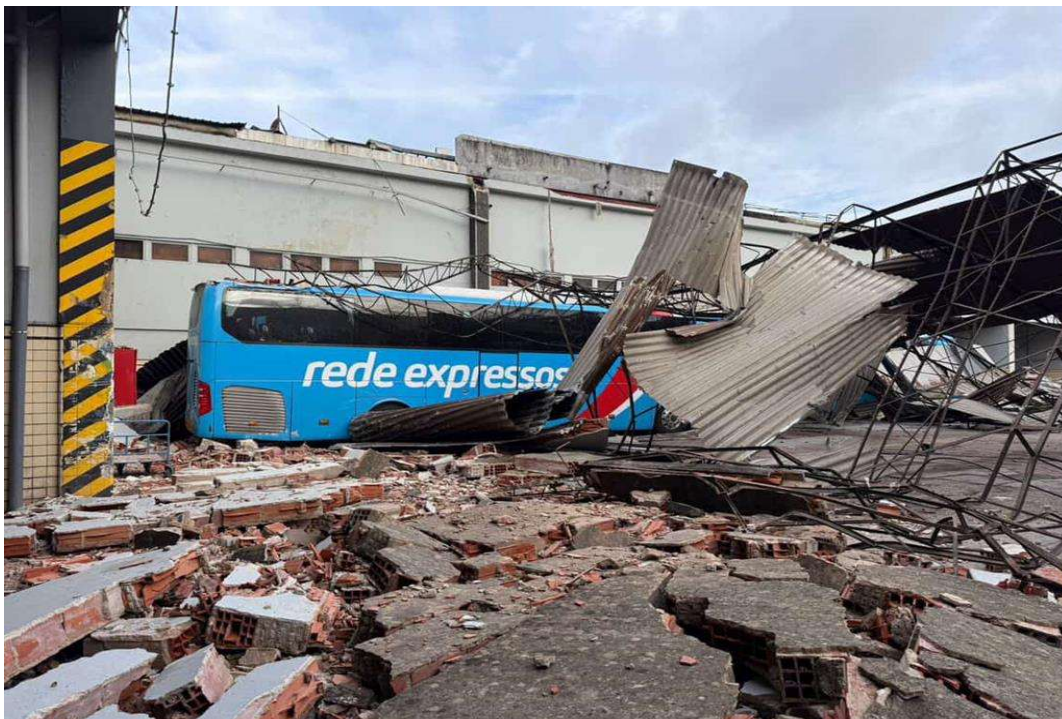
Os sistemas modulares apresentam:

- rápida instalação;
- flexibilidade de capacidade;
- adaptação às necessidades locais;
- robustez e resistência;
- menor complexidade de implementação.

8.3. Planeamento Integrado

A localização dos pontos de água deverá ser definida em articulação com:

- bombeiros;
- proteção civil;
- juntas de freguesia;
- serviços técnicos municipais.





VEREADORES PSD

9. Tema VII — Moção pela Justiça Territorial e Acesso aos Apoios

Pela revisão do regime dos territórios vulneráveis

Os vereadores do PSD defendem a necessidade de rever os critérios de acesso aos apoios públicos destinados à prevenção e gestão florestal.

9.1. Reconhecimento do Risco Efetivo

Existem parcelas e freguesias com risco elevado que podem ficar excluídas de apoios devido à atual configuração dos critérios territoriais.

9.2. Atualização da Cartografia

A delimitação dos territórios vulneráveis deve ser revista com base em cartografia atualizada e em critérios técnicos ajustados à realidade do terreno.

9.3. Revisão dos Critérios de Elegibilidade

O acesso aos apoios deverá considerar:

- risco efetivo da parcela;
- exposição ao perigo;
- continuidade florestal;
- proximidade a aglomerados populacionais.

Solicitar ao Ministério competente, ao ICNF e à Direção-Geral do Território a revisão dos critérios de delimitação, permitindo que parcelas com risco comprovado sejam elegíveis mesmo que a freguesia, no seu todo, não esteja classificada como tal.

9.4. Defesa da Justiça Territorial

Os apoios públicos devem responder às necessidades reais do território, devendo privilegiar a realidade do terreno, a exposição ao risco e a urgência de intervenção, assegurando maior justiça territorial e eficácia na prevenção.

A moção, a remeter ao Governo, ICNF, Direção-Geral do Território, Fundo Ambiental e Juntas de Freguesia, representa o compromisso do PSD em lutar pela remoção dos entraves administrativos que impedem a proteção efetiva do nosso concelho.



VEREADORES PSD

10. Conclusão

Um compromisso com a proteção da floresta e das populações

A apresentação deste *Caderno Temático de Propostas Estratégicas* reflete a preocupação dos vereadores do PSD à degradação das condições de segurança territorial no nosso conselho. Os problemas que o nosso território enfrenta — agravados pelo impacto severo da tempestade Kristin — exigem que a gestão florestal e a proteção civil deixem de ser tratadas como preocupações sazonais e passem a ser pilares permanentes da governação municipal.

As propostas aqui reunidas, desde a desobstrução imediata de caminhos e o apoio direto aos proprietários privados, até à implementação de tanques modulares estratégicos e à necessária moção de reforma do regime dos territórios vulneráveis, assumem-se como propostas construtivas para aumentar a resiliência do concelho.

O PSD reafirma, através deste documento, que uma das suas prioridades é proteger o património florestal, salvaguardar os aglomerados populacionais e garantir que os meios de socorro operam com as condições necessárias para salvar vidas e bens. Estamos prontos para propor e para colaborar, mas, acima de tudo, estamos determinados em exigir que a Câmara Municipal de Leiria assuma, com a máxima celeridade e transparência, a responsabilidade de liderar este combate.

A floresta de Leiria é um ativo que exige uma gestão responsável, próxima e preparada para os desafios futuros. O nosso compromisso é claro: não descansaremos enquanto não virmos um território mais limpo, mais acessível e, acima de tudo, preparado para enfrentar os desafios de amanhã.

Os vereadores do PSD reafirmam a sua disponibilidade para colaborar ativamente na construção de um território mais seguro, mais resiliente e mais protegido.

Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Leiria